

pole absolutista, a essa liberdade, que a Junta Governativa Provisional, no Pará, criaria, a 3 de janeiro de 1822, a Junta Censora, à qual seriam submetidos, previamente e em três vias, os escritos, isto é, agravava ainda as disposições da autoridade central e constituía a censura quando e onde não havia ainda imprensa.

A luta pela autonomia fez letra morta, por algum tempo, dos dispositivos legais, até que o golpe ministerial de outubro, menos de dois meses depois do Ipiranga, arrasou a imprensa de oposição. Formalmente, a censura só foi interrompida cinco anos depois, abolida pelo decreto de 28 de agosto de 1827; para encontrar jornais livres era preciso viver nas áreas rebeladas, como em Pernambuco de 1824. O ato de 1827 denunciava, por si só, o novo impulso da esquerda no processo da Independência, impulso que levaria ao Sete de Abril e à Regência. As Falas do Trono, em 1829 e em 1830, reclamariam da Assembléia Legislativa medidas especiais contra a imprensa. Era, agora, impossível contê-la, entretanto. Victor Viana caracterizou bem o periodismo dessa fase conturbada: "A imprensa era então panfletária e atrevida. Nos períodos de tolerância ou de liberdade, atingiu a grandes violências de linguagem e as polêmicas, refletindo o ardor apaixonado das facções em divergência, chegavam a excessos, a ataques pessoais, a insinuações maldosas".

Não é o exame da legislação a respeito da imprensa, assim, que nos permite acompanhar o seu desenvolvimento, mesmo sob o aspecto da liberdade de expressão, mas o exame da realidade: a legislação, objetivo constante das preocupações conservadoras, foi posta de lado, desobedecida, algumas vezes, outras serviu a desmandos que não previa, tudo conforme o desenvolvimento dos acontecimentos políticos, conforme a correlação das forças em disputa. Esse ambiente agitado, e de cujo desenvolvimento, em regra, só a agitação nos tem sido transmitida pela historiografia oficial, esquecida de seus motivos, deu lugar a um tipo de imprensa, o pasquim, de características específicas. As razões do aparecimento e do desenvolvimento desse tipo de imprensa residiram na realidade, entretanto. Não surgiram de desejos, de deficiências dos jornalistas do tempo: brotaram da vida. Sem a análise desse quadro, por isso mesmo, seria impossível entendê-las e situar com precisão as características que acabaram por definir a imprensa do tempo.

A historiografia oficial tem se preocupado em transmitir a impressão de que a Regência foi o caos. Se analisarmos a sua gestação, entretanto, desde a Independência ao Sete de Abril, e o seu desenvolvimento, do Sete de Abril ao golpe da Maioridade, verificaremos que, nesse caos aparente, há uma ordem, há forças que se defrontam e lutam, surgindo com clareza,